

1 **MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO**  
2 **COMITÊ GESTOR DE ATENÇÃO À SAÚDE DO SERVIDOR - CGASS**  
3 **ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA**  
4

5 Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e dez, às 9h35min, no Salão Nobre,  
6 situado no 9º andar do Bloco K, Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF, deu-se início  
7 aos trabalhos da 15ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor de Atenção à Saúde do  
8 Servidor, encontrando-se presentes: Sérgio Antonio Martins Carneiro – Titular e Sônia  
9 Maria Silva Borges – Suplente, representantes do Ministério do Planejamento; Luiz  
10 Eduardo L. da Conceição - Titular, representante do Ministério do Trabalho e Emprego;  
11 Maria Concebida de Carvalho Santana - Suplente, representante do Ministério da  
12 Educação; Elzira Maria do Espírito Santo – Titular, representante do Ministério da  
13 Saúde; Fátima Rodrigues Guimarães – Titular e Fabiano Garcia Vanderlinde -  
14 Suplente, representantes do Ministério da Justiça; Valéria Selva Bueno - Suplente,  
15 representante do Ministério da Fazenda; Ivanildo Tajra Franzosi – Titular, representante  
16 da Casa Civil. Presentes ainda à reunião os senhores (as) Renata Vila Nova de Moura  
17 Holanda (DESAP/SRH/MP), Marco A. G. Pérez (DESAP/SRH/MP), Valéria Porto  
18 (DENOP/SRH/MP), Rita Coelho ( MEC/SEB). **1. Discussão e aprovação da ata 15ª**  
19 **reunião e assinatura da ata da 14ª reunião já aprovada:** Lida a ata, o coordenador  
20 passou aos informes gerais. **2. Informes da Coordenação:** Sérgio informa que em  
21 Brasília a previsão é que se implante nove Unidades do SIASS e que na próxima  
22 semana estará assinando acordo de cooperação em Canoas(RS), Santa Maria(RS),  
23 Rio de Janeiro(RJ), Cuiabá(MT), São Paulo. Elzira informa que estão fazendo visita a  
24 todos os Núcleos do MS nos Estados definindo quais Núcleos terão condições de se  
25 tornarem Unidades e que outros estão sendo avaliados para futura implantação.  
26 Informa que na Paraíba e em Tocantins serão partícipe de outra Unidade por não  
27 apresentarem condições de se tornarem Unidade. Sérgio informa que tem um  
28 calendário de eventos para dois mil e onze que terá início em março com um encontro  
29 nacional de todas as Unidades do SIASS para balanço e discussão das experiências  
30 acumuladas. Em agosto está prevista a realização do terceiro Fórum de Saúde Mental  
31 e Trabalho e em novembro a realização do quarto Encontro Nacional de Atenção à  
32 Saúde do Servidor – ENASS. Que está sendo preparado um encontro sobre  
33 Readaptação Funcional. Informa que inexistente legislação que permita o servidor mudar  
34 de cargo, que a discussão é complexa e foi retirado do Projeto de Lei por não haver  
35 consenso sobre o tema. Informa que em reunião no dia onze de novembro se definiu  
36 um termo que irá ajudar a resolver a questão em nível federal, Estadual e Municipal.  
37 Informa está discutindo com o Secretário de Direitos Humanos sobre a pessoa com  
38 deficiência. Informa que o quarto ENASS focará na questão da promoção e na  
39 qualidade de vida. Marco passa a informar sobre os cursos de capacitação para  
40 servidores do SIASS. Diz que em abril houve uma oficina com várias Universidades  
41 que definiram um cardápio de cursos para formação dos profissionais do SIASS.  
42 Informa que estão em andamento nove projetos entre pesquisas, qualificação e  
43 formação. Dois com a UNB já estão acontecendo, um sobre qualidade de vida no  
44 trabalho e outro sobre saúde mental no trabalho. Com a UFBA dois projetos em  
45 desenvolvimento, um sobre epidemiologia e frequência do adoecimento no serviço  
46 público e outro sobre análise de dados para a saúde do servidor público. Outro com a  
47 UFRJ e USP para se analisar os serviços das operadoras de saúde e a satisfação dos  
48 servidores. Com a UFRJ um curso presencial de avaliação do ambiente do trabalho do  
49 servidor público e ainda em uma parceria UFRJ e COOPE uma assessoria e suporte  
50 para o desenvolvimento do módulo de vigilância e promoção aos ambientes e  
51 processos de trabalho. Com a UFMG um projeto de oficinas para qualificação dos  
52 profissionais do SIASS com abordagem dos paradigmas, das teorias e da prática no  
53 ambiente de trabalho. Informa que com esses projetos esgotaram-se os recursos

54previstos para este ano e que no próximo ano o foco será na educação a distância e  
55projetos multicêntricos. Sérgio diz que a idéia é ampliar cada vez mais a abrangência  
56dos cursos de formação e qualificação. Elzira solicita informação sobre as inscrições e  
57é informados que pode ser feita no portal do SIASS, que a prioridade é para os  
58servidores que já estão atuando nas unidades do SIASS já inauguradas, depois para  
59os servidores das unidades que estão com o sistema instalado e por último, para os  
60servidores de RH e outros. Fátima registra a sua satisfação em tomar conhecimento  
61das parcerias com as universidades, sugerindo que se pense a questão da publicação  
62dos relatos dos trabalhos nas Unidades SIASS e a criação de um prêmio nacional em  
63qualidade de vida e saúde mental para motivar as experiências exitosas. Ivanildo pede  
64informação sobre a parceria com a FIOCRUZ. Informa da abertura de uma filial em  
65Brasília e sugere uma aproximação maior com a instituição com vista a desenvolver  
66outros projetos. Sérgio informa que a FIOCRUZ irá integrar a Unidade do Ministério da  
67Justiça em Brasília, dizendo que a parceria com a FIOCRUZ é no sentido de criar um  
68suporte de publicação sobre saúde do servidor público federal. Informa que a questão  
69do horário das Unidades do SIASS está sendo tratada pela Secretaria de Recursos  
70Humanos, que está buscando criar a base para a discussão, inclusive junto Advocacia  
71Geral da União. Informa que o auxílio transporte será incluído como ponto de pauta da  
72próxima reunião do CGASS. Valéria informa da importância de se discutir a minuta do  
73documento referente ao auxílio transporte trazida para a reunião do CGASS e que a  
74idéia é distribuir o texto para conhecimento e subsídio da discussão que acontecerá na  
75próxima reunião. Elzira pergunta o que motivou a discussão e Valéria informa que  
76chegaram várias solicitações sobre o tema, daí a iniciativa de trazer a discussão para o  
77CGASS. Elzira diz ser pertinente a discussão, diz que a auditoria da CGU detecta muita  
78distorção sobre o tema. Diz que no Rio de Janeiro o auxílio transporte apresenta muitos  
79problemas salientando a pertinência e seriedade desta discussão. Sérgio diz haver  
80muita distorção na questão do auxílio transporte. **3. Decreto Pré-escolar:** Sérgio  
81informa que foram realizadas duas reuniões sobre o pré-escolar e que os integrantes  
82do grupo se aprofundaram bastante na discussão, fazendo-se algumas modificações  
83solicitando que Sônia desse os informes. Sônia diz que a partir da última proposta  
84discutida no CGASS, se discutiu outras questões pontuais como a retirada do poder  
85Legislativo e Judiciário da proposta, deixando só o Executivo. Outro ponto foi a retirada  
86do quesito idade mental. Foi suprimido o artigo 9º. Sérgio solicita a Renata que passe a  
87leitura da nova redação do Decreto. Renata sugere que se incluam na ementa os  
88contratados temporários e os anistiados. Lida a minuta passou-se as sugestões. Elzira  
89solicita que se registre a preocupação do MS quanto a exigência da matrícula para que  
90o servidor receba o pré-escolar argumentando que os servidores que já recebem o  
91benefício a dez e quinze anos serão prejudicados, dizendo ser importante a educação  
92infantil, mas que quando se exige a matrícula não está se dando o mesmo tratamento  
93que se dispensa aos outros benefícios. Diz que se deve ter um plano “B” para essa  
94questão dizendo que sua preocupação é política e que devemos estar preocupados  
95com a exclusão destes servidores e para tal deve ser discutida a questão com as  
96entidades representativas dos servidores. Luiz se diz preocupado com o §1º do artigo  
972º, sobre a questão de os órgãos terem seu próprio serviço de creche sugerindo que no  
98Decreto se amarre qual será o quadro de servidores que trabalharão na creche pois a  
99maioria dos ministérios não possui profissionais em suas carreiras para atender a esta  
100demanda. Fabiano sugere que se retire a referência ao artigo 7º, inciso XXV (artigo 84,  
101inciso IV da Constituição Federal), sugerindo que se referencie a estes artigos na nota  
102técnica retirando do Decreto. Mara acha que não deve ser retirado, pois se trata da  
103assistência infantil. Fátima espousa o mesmo entendimento de Fabiano, diz ser  
104importante que conste na exposição de motivos ou nota técnica. Renata informa que na  
105reunião foi ventilado se essa questão deve ser tratada em Decreto ou em Lei. Sérgio  
106sugere que essa definição, se decreto ou lei, seja tratada posteriormente. Solicita que

107se discuta o conteúdo da presente minuta e se iremos manter seu teor. Elzira diz ser  
108importante manter o §1º. Diz que no MS o profissional pedagogo é terceirizado, pois o  
109cargo não existe no órgão. Luiz diz que quer tornar claro o § 1º para não restar dúvida  
110quanto à contratação dos profissionais que irão atuar na creche. Fátima diz que esta  
111contratação poderá ser feita pela associação e que o valor do auxílio provavelmente  
112não cobrirá todas as necessidades financeiras da creche. Renata informa que o cargo  
113de professor está vinculado às universidades e não ao PGPE. Sérgio diz que não se  
114deve limitar o papel do decreto do Pré-escolar e que não cabe definir o quadro de  
115profissionais nem a forma de contratação no Decreto. Rita sugere que o MEC publique  
116uma regulamentação sobre creche no serviço público com o amparo do CGASS  
117orientando os órgãos da administração Federal. Sérgio diz que a comparação com o  
118beneficiário do plano de saúde é igual, pois não se paga o benefício a quem não  
119comprova que tem plano de saúde. Diz não existir pagamento da saúde suplementar  
120sem comprovação. Rita destaca que é o mesmo procedimento. Sérgio diz que a  
121tendência no país é diminuir o número de crianças e que no futuro terá que se  
122incentivar a natalidade. Diz que o principal é exigir ou não a comprovação. Diz que  
123agora se chegou a um consenso com a parametrização e que a exigência da matrícula  
124incentiva os pais a colocarem os filhos na escola. Não existindo manifestações, o  
125coordenador encerrou a reunião, que foi lavrada na presente Ata, lido este instrumento,  
126assinam. XXX.

127

Brasília, 12 de novembro de 2010.

128

129

130

131

132

---

Sérgio Antonio Martins Carneiro – Coordenador/MP

133

134

135

136

---

Sônia Maria Silva Borges – Suplente/MP

137

138

139

140

---

Ivanildo Tajra Franzosi – Titular/Casa Civil

141

142

143

144

---

Valéria Selva Bueno – Suplente/MF

145

146

147

148

---

Elzira Maria do Espírito Santo – Titular/MS

149

150

151

152

---

Fátima Rodrigues Guimarães - Titular/MJ

153

154

155

156

---

Fabiano Garcia Vanderlinde – Suplente/MJ

157

158

159

160  
161  
162  
163  
164  
165  
166  
167  
168

---

Luiz Eduardo L. da Conceição - Titular/MTE

---

Maria Concebida de Carvalho de Azevedo – Suplente/MEC